

# O sujeito e o objeto na geografia

João E. Fabrini<sup>1</sup>

O método adotado numa determinada ciência fundamenta a apreensão do objeto, pois é ele que vai nortear a delimitação do tema/problema, possibilitando ao cientista selecionar o que é, e o que não é importante a ser estudado. Na geografia, o método, e conseqüentemente a apreensão da problemática e do objeto não foram os mesmos no decorrer da trajetória e evolução do pensamento geográfico. No passado, quando a geografia surgiu como ciência, as temáticas eram delimitadas, principalmente, a partir dos fenômenos naturais.

Neste sentido, será abordado sobre as mudanças ocorridas na apreensão do objeto no pensamento geográfico do período caracterizado pela crise da geografia descritiva ao momento em que a teoria marxista e o materialismo dialético passaram a ser utilizados como arcabouço de interpretação do espaço geográfico. Nesta abordagem, há necessidade de referir-se ao surgimento da “nova geografia”, quando a técnica e o tratamento estatístico tornaram-se o método de interpretação do espaço como parte da construção da crítica à relação sujeito-objeto na geografia.

No período norteado pela doutrina positivista também denominada de geografia tradicional, a visualização do objeto e, conseqüentemente, da geografia, era a de uma ciência de síntese e os elementos naturais determinantes na compreensão da realidade. Posteriormente, a teoria marxista possibilitou uma outra interpretação da realidade em que a apreensão do objeto da geografia é feita a partir do movimento e da contradição instalada na sociedade. O materialismo dialético permitiu uma apreensão do real a partir da construção processual e histórica da sociedade.

A discussão sobre o objeto da geografia neste momento da história do pensamento geográfico justifica-se porque o método e a objetivação inaugurada em passado recente, sustentado na teoria marxista, em muitos casos é desprezado em detrimento de teorias mais “modernas”, às vezes pós-modernas, funcionalistas, etc. Justifica-se também pela necessidade de reafirmar o método dialético como instrumental de análise porque ainda persistem em nome de um retorno às origens, posições que desprezam a sociedade como fundamento do objeto da geografia em que se compreende, na essência, a geografia como ciência da natureza, numa versão pobre do “positivismo geográfico”. Aliás, na concepção de natureza como objeto da geografia não há interesse em compreender a sociedade de classes bem como as desigualdades, injustiças e tantas mazelas engendradas no seu interior.

Se no passado a geografia foi declaradamente comprometida com os interesses dominantes, agora, novamente nessa compreensão de ciência da natureza, aparece despolitizada e despolitizadora como se fosse possível numa sociedade de classes um conhecimento geográfico neutro que servisse a todos.

## Geografia: quando o objeto de estudo não é o sujeito

A ciência moderna surgiu porque a sociedade regida sob o nascente modo de produção capitalista baseado na industrialização demandava de um conjunto de novos conhecimentos. Diferentemente de grande parte dos filósofos da Antiguidade e da Idade Média que realizavam estudos como contemplação filosófica e interpretavam a realidade terrena pelo mundo dos céus, a revolução científica do século XVIII permitiu uma interpretação do mundo a partir da natureza. A explicação da realidade oferecida pelas ciências modernas surgiu da necessidade de um saber que investigasse as forças da natureza, assumindo claramente um sentido pragmático que servisse à acumulação capitalista.

Em vista da dificuldade de estudar a totalidade social, foi estabelecida uma divisão do saber científico em grandes áreas: as ciências humanas e as ciências da natureza. Assim, cada uma destas grandes áreas do conhecimento científico visualizou o objeto de estudo e sua problemática numa perspectiva de análise.

As ciências humanas e as ciências da natureza apresentam conteúdo social, pois os conhecimentos produzidos por elas devem ser colocados a serviço da sociedade e não do capital. Ambas estão unificadas a partir desta perspectiva, mas há uma objetivação que as distingue entre si. As ciências humanas têm como objeto comum o estudo da sociedade, enquanto as ciências da natureza têm como objeto comum o estudo da natureza. Neste sentido a geografia foi chamada a dar uma contribuição social.

A geografia é considerada uma ciência humana e seu objeto de estudo é a sociedade, ou seja, o próprio sujeito. Não é o fato de servir à sociedade e de possuir um caráter social que faz da geografia uma ciência humana, mas a forma de apreender o seu objeto de estudo.

Como a geografia, que se ocupa da relação entre a sociedade e natureza, tem um objeto muito amplo, foi necessário fazer a divisão e especialização da ciência geográfica em dois grandes ramos: a geografia humana e geografia física; derivando daí diversas subdivisões como a climatologia, geomorfologia, hidrografia, bem como as subdivisões na área humana com estudo de geografia econômica, agrária, política, etc. Esta divisão da ciência geográfica além de favorecer a quebra da unidade na formação de uma geografia única gerou dificuldade de apreensão de seu objeto.

A geografia, bem como outras ciências sociais adquiriram *status* de ciência no século XIX. Os estudos de Humboldt, grande naturalista e viajante e de Ritter, filósofo e historiador, foram fundamentais para que a geografia se tornasse uma ciência autônoma. Outros estudos, como aqueles realizados por Ratzel, Kropotkin e Reclus, por exemplo, também contribuíram para conferir ao conhecimento geográfico, surgido desde a antiguidade, o *status* científico.

A ciência geográfica, surgida no contexto do positivismo, estava comprometida com as posições políticas dos seus fundadores. Isso é verificado, sobretudo nos estudos de Ratzel, que visualizava a elaboração de um conjunto de conhecimentos que pudessem servir ao expansionismo alemão e a construção de um império colonial, pois aquele país chegara tardiamente na divisão do mundo entre as nações centrais do capitalismo. Por outro lado, os estudos de Reclus e Kropotkin, também comprometidos politicamente, assentaram-se no anarquismo militante, condenando a colonização, as estruturas de poder e o estado, abrindo perspectiva para o pensamento libertário no interior da geografia.

O pensamento “tradicional” visualizou o objeto da geografia a partir da unidade do conhecimento, ou seja, uma disciplina da ciência que trabalhava com os fenômenos naturais e sociais. O positivismo serviu para a fundamentação teórico-metodológica dos estudos geográficos e o mesmo método foi utilizado para interpretar a sociedade e a natureza.

A hipótese fundamental do positivismo é de que a sociedade é regulada por leis naturais, invariáveis e que independem da vontade humana, tal como a lei da gravidade e do movimento da terra em torno do sol. No início, o positivismo apresentou-se avançado porque fundamentava a compreensão da sociedade e do mundo de forma objetiva, neutra, livre de juízos de valor, crenças, ideologias e visões de mundo. O conhecimento científico somente poderia ser verdadeiro na medida em que o cientista eliminasse qualquer interferência de paixões, ideologias ou pré-noções. Dessa forma, o positivismo se colocou como uma tendência filosófica científica nova e revolucionária porque subvertia a ordem social que se erguia sobre um conjunto de crenças e valores que explicava a realidade pelas fantasias irracionais e leis divinas, que perturba em determinadas circunstâncias o conhecimento da verdade.

O positivismo, posteriormente, de tendência filosófica utópica passou a tendência ideológica. Na geografia, indicou que o “espírito positivo” deveria acumular conhecimentos empíricos e descritivos a serviço dos países coloniais como França, Inglaterra, Alemanha, etc. Neste contexto, a classe dominante destes países estimulou a formação de sociedades geográficas e expedições a fim de buscar informações “científicas” nas colônias (África, América, Ásia) que pudessem servir no processo de acumulação de capital, dominação de novos espaços e à geopolítica.

Assim, a geografia passou a realizar uma exaustiva descrição dos lugares, fazendo levantamento de informações e localização dos fenômenos, descrevendo os traços naturais e sociais da superfície terrestre num estudo da individualidade dos lugares que pudesse instrumentalizar a expansão do capital monopolista. A geografia consolidou-se como uma ciência idiográfica e descritiva partindo das particularidades e somas das diferentes áreas para o conhecimento do todo. Os estudos regionais foram valorizados, sendo defendidos por muitos geógrafos como o verdadeiro conhecimento geográfico porque visualizavam o espaço como encontro de aspectos naturais e sociais, mas que na prática caracterizavam-se mais pelo estudo físico.

Moraes ao tratar do objeto da geografia refere-se à enorme polêmica e controvérsia que se manifesta nesta definição. Aponta que a geografia foi compreendida como estudo da superfície terrestre e descrição da terra; estudo da paisagem e dos aspectos visíveis do real; estudo da individualidade dos lugares com a preocupação voltada para os fenômenos que se manifestam numa determinada área; estudo da diferenciação de áreas; estudo do espaço, e finalmente, a geografia como estudo das relações entre homem e meio, ou seja, da sociedade e natureza.

Isso indica que o objeto da geografia era a natureza, quando se chegou a admitir que as condições naturais determinavam as regiões. Mesmo quando se abordavam os aspectos humanos, os estudos eram feitos como se os homens fossem uma espécie animal e não social. Neste sentido, a geografia não era admitida como uma ciência social.

A geografia admitia a importância do estudo do homem e sua relação com a natureza em que “o homem é posto como um elemento passivo, cuja história é determinada pelas condições naturais, que o envolvem. O peso da explicação residiria totalmente no domínio da natureza”.<sup>2</sup> Ainda, considerando o objeto da geografia a partir da relação homem-meio, as ações humanas eram entendidas no máximo possuindo a mesma importância da natureza na construção do espaço.

Após a II grande Guerra Mundial os geógrafos vão buscar novos paradigmas com o advento da Nova Geografia (New Geography). Houve uma ruptura com o positivismo de base organicista da geografia tradicional, e, conseqüentemente, ocorreu também uma redefinição da compreensão do objeto dessa ciência.

A geografia positivista, que de modo geral atribuiu à natureza papel central na definição do objeto e das temáticas geográficas, começou a dar sinais de esgotamento em meados da década de 1950 quando os geógrafos vão buscar novos caminhos. Esta renovação está inserida no contexto de transformações do pensamento científico de modo geral. “Para isso, contribuíram três razões essenciais: em primeiro lugar, os próprios suportes do trabalho científico progrediram muito; em segundo lugar, as necessidades dos utilizadores mudaram; e finalmente, o objeto da atividade científica se modificou”.<sup>3</sup>

Ao escrever sobre a sociedade e suas formas de espaço no tempo, Moreira refere-se ao “sétimo espaço”, que marca as mudanças ocorridas neste momento (pós II Guerra Mundial). Para o autor, no sétimo espaço, o processo produtivo da indústria não se faz dentro do país:

Quando a nova fase industrial atinge seu estado avançado, com a indústria generalizante se propagando por todos os países do mundo, cada país vai assumindo uma fase do processamento produtivo, interligando-se nesta intercomplementaridade e organizando o espaço planetariamente numa única interdependência. (...) Uma uniformidade técnica recobre assim os vários espaços do mundo, homogeneizando os processamentos produtivos, ao tempo que unifica num só todos os mercados, particularmente os financeiros.<sup>4</sup>

Em vista das transformações na sociedade, surgia uma nova concepção de geografia, que se colocava não apenas como diferente, mas como oposição à geografia descritiva. O que havia até então, como conhecimento acumulado, não era geografia. Milton Santos refere-se a Ian Burton em seu trabalho clássico *Por uma Geografia Nova*: “Ian Burton escrevia em 1963 que a revolução quantitativista havia feito da nossa disciplina uma ciência respeitável”.<sup>5</sup>

Os grandes projetos exigiam o emprego de conhecimentos geográficos que não eram satisfeitos com a formação empírico-indutiva dos geógrafos descritivos. Eles encontravam-se deslocados e isolados, pois não trabalhavam com a matemática e técnicas estatísticas/sistêmicas utilizadas por outras áreas do conhecimento. O não domínio das técnicas estatísticas era um obstáculo para participar dos grandes projetos de desenvolvimento elaborados, sobretudo nos EUA.

Os geógrafos passaram a desenvolver técnicas quantitativas e a realizar trabalhos através do emprego de deduções lógicas/matemáticas com uso de computadores, abandonando os métodos empíricos/indutivos do passado.

O emprego da estatística não se restringiu apenas ao universo das técnicas, mas provocou mudanças importantes na maneira de encarar o objeto

Que na geografia funcionalista (tradicional) era encarado como se fosse único (perspectiva idiográfica), procurando descrever cada região da superfície da terra como única e tendo vida própria. (...) Por outro lado, na geografia quantitativa, o objeto de estudo passou a ser encarado como objeto de uma série genérica (perspectiva nomotética), sendo cada elemento analisado considerado como mais um exemplo para reforçar alguma lei científica ou chegar ao desenvolvimento de teorias.<sup>6</sup>

Nesta perspectiva houve também o emprego de modelos, que permitiram o desenvolvimento de pensamentos mais abstratos. Na perspectiva neokantista da corrente quantitativista ainda, a relação sujeito-objeto não foi encarada como um processo e se atribuía pouca importância à história e ao movimento na formação e construção do espaço.

No Brasil, a corrente da geografia teórico-quantitativista teve certo impulso durante o regime de governo dos militares. Muitas temáticas abordadas pelos geógrafos circulavam em torno de estudos urbanos e rurais como no curso de geografia da Unesp de Rio Claro.

Além da Universidade de Rio Claro, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) serviu de suporte para o desenvolvimento da geografia quantitativa/teórica, pois dispunha de muitas informações estatísticas, permitindo a consolidação de novos métodos e o fortalecimento desta corrente, quando os geógrafos daquele instituto passaram a dar atenção aos conhecimentos desenvolvidos nos Estados Unidos e Inglaterra em detrimento da geografia francesa. Por outro lado, foram intensos os debates no interior da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiro) que passou a fazer sistemática oposição à corrente teórico-quantitativista.

Após o crescimento capitalista do pós-guerra, a geografia quantitativista apresentou os primeiros sinais de fragilidade de seus postulados, emergindo a possibilidade de surgimento da denominada geografia crítica. Foi neste contexto que surgiu a possibilidade de uma interpretação marxista dos temas geográficos em que os geógrafos passaram a dedicar mais atenção aos problemas sociais, marcando uma ruptura com o pensamento

anterior (positivista/geografia tradicional e neopositivista/nova geografia).

Esta concepção, em que está implícita uma forma específica de compreender a relação sujeito-objeto, foi duramente criticada pelo tecnicismo e alienação a ponto de se afirmar que a “nova geografia” não produziu um novo conhecimento, mas sim um desconhecimento, como fez Carlos Walter, em 1978.

### Quando o objeto de estudo é o sujeito

A partir da utilização da teoria marxista, houve uma redefinição do objeto da geografia, pois o método dialético materialista diferencia o estudo da sociedade do estudo da natureza. “No domínio das ciências naturais haveria uma exterioridade total do objeto em relação ao sujeito do conhecimento, impossível de ser obtida na pesquisa sobre a sociedade. Aqui o sujeito aparece inexoravelmente como parte do objeto. (...) O estudo da natureza distingue-se do da sociedade já na própria relação sujeito-objeto”.<sup>7</sup>

Observa-se que nas ciências humanas, o objeto de estudo (sociedade) é o sujeito. A maneira de apreender o objeto/sujeito e sua relação, passa pela compreensão do método. Os novos enfoques metodológicos tiveram rebatimentos no objeto da geografia, pois é o método que norteia o temário geográfico e orienta a definição e abordagem do objeto. “O objeto é o temário trabalhado já à luz de um determinado método, isto é, filtrado por uma determinada concepção de mundo (...) É com os instrumentos fornecidos pelo método que a questão do objeto deve ser trabalhada. (...) Sendo os métodos variados, os resultados desse trabalho também serão diferentes”.<sup>8</sup>

Assim, não é possível chegar-se a uma definição consensual do objeto, pois este variará em função dos métodos assumidos. Existirão, assim, tantas definições do objeto geográfico quantas forem as perspectivas metodológicas capazes de abordar o temário dessa disciplina. Portanto, o equacionamento das técnicas, métodos, teorias e epistemologias implicam numa concepção de sujeito e de objeto.<sup>9</sup>

Os autores que atribuem sentido social ao objeto da geografia não são necessariamente aqueles que utilizam a teorização marxista. A preocupação social dos geógrafos existe desde o surgimento da geografia quando autores comprometidos com as idéias anarquistas, dos quais de destacam Reclus e Kropotkin, procuraram elaborar formulações libertárias no interior do conhecimento geográfico.

A teoria marxista foi instrumentalizada como método, mais recentemente, com a denominada renovação do pensamento geográfico na década de 1970. Foi a partir dos estudos marxistas que o conhecimento geográfico assumiu novas características e a geografia foi construída como uma ciência da sociedade e seu objeto de estudo, o espaço construído socialmente.

A obra de Marx despertou o interesse de geógrafos, principalmente, pela formulação de “categorias científicas como os modos de produção e as formações econômicas-sociais, quando analisa as relações campo/cidade e vincula a evolução da sociedade com a luta de classes, aceita também por Reclus, enquanto Engels traz grande contribuição ao estudar as transformações naturais e os problemas urbanos”.<sup>10</sup>

Engels ao tratar da dialética procurou transferir estes fundamentos e conceitos tais como modo de produção, conflito de classes, formação econômico-social para a compreensão dos fenômenos naturais. Entretanto, as idéias desenvolvidas na obra *Dialética da Natureza*, principalmente, não tiveram grandes desdobramentos. Em Lukács também é possível verificar a atenção do marxismo ao estudo da natureza quando se refere às três formas de materialidade: a *inorgânica* (os fenômenos do reino mineral que apresentam regularidade de constância através de leis absolutas); a *orgânica* (apresenta capacidade de adaptação e mutação como ocorre com o reino vegetal e animal) e a *materialidade social* (a sociedade possui capacidade de criação e de transformação).<sup>11</sup>

A dialética pode ser concebida como um modo específico de compreender a sociedade e pressupõe a existência do sujeito consciente, o que evidentemente, não acontece com a natureza. Assim, se se conceber a geografia como uma ciência da sociedade, o seu objeto será diferente do entendimento de geografia entendida como uma ciência da natureza (positivismo). Na primeira, o objeto da geografia é entendido no universo da materialidade social e da expressão do modo de produção de uma determinada sociedade.

O objeto é concebido da forma que a sociedade constrói o espaço no tempo histórico. Sabe-se que a geografia estuda a sociedade através da sua organização espacial; e esta organização reflete as características da sociedade que a criou. Entretanto, a organização espacial não é apenas um reflexo da sociedade que a criou, mas condição de reprodução social. A essência humana não é a essência do indivíduo, pois é na sociedade que ele desenvolve a sua verdadeira natureza e “da mesma maneira que a sociedade

produz ela mesma o homem como homem, ela é produzida por ele”.<sup>12</sup> Por outro lado, surgiu uma grande diversidade de interpretações do espaço entre os geógrafos que utilizaram o referencial teórico marxista. Mas, como apontado anteriormente, esta abordagem limita-se à apreensão do objeto da geografia quando do início da utilização da teoria marxista nesta ciência. Não foi o objetivo principal deste texto elaborar uma caracterização das diferentes correntes de pensamento surgidas na geografia, adotadas pelos autores marxistas, mas dizer que o princípio marxista é primaz na compreensão da geografia e reconhecimento de seu objeto de estudo, ou seja, o próprio sujeito.

### Considerações finais

Mais do que nunca, é importante dizer que a geografia é uma ciência social porque o seu objeto de estudo é o sujeito, ou seja, a sociedade. Por outro lado, é preciso repensar qual a compreensão de sujeito social que as teorias geográficas têm utilizado como instrumental de análise. O importante, neste contexto, não é somente reconhecer a sociedade como objeto da geografia, mas como esta sociedade desigual e dividida em classes constrói o espaço.

Por fim, cabe dizer que a definição do objeto da geografia não é imutável. Isso é possível de ser verificado pelas diferentes correntes teóricas surgidas na geografia em momento recente. São vários métodos e interpretações do objeto da geografia que se inspiram desde os ideais da Escola de Frankfurt e da pós-modernidade, das idéias “foucaultianas” e subjetividades à geografia do trabalho e à compreensão do espaço na perspectiva da contradição e do desenvolvimento desigual das relações de produção capitalista. Outras correntes, ao criticar a geografia crítica, fazem um resgate da geografia descritiva/positivista em que o ser humano e a sociedade dividida em classes estão escamoteados da realidade, definindo o espaço como “amorfo”, ou seja, um espaço ausente de seres humanos.

## Notas

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Curso de Geografia da Unioeste e Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção de Marechal Cândido Rondon.

<sup>2</sup> MORAES, A. C. R. *Geografia: Pequena História Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1984.

<sup>3</sup> SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

<sup>4</sup> MOREIRA, R. O tempo e a forma: a sociedade e suas formas de espaço no tempo. *Ciência Geográfica. O tempo e a forma*. Bauru, n. 9, p. 4-10, jan/abril. 1998.

<sup>5</sup> SANTOS, M. *op. cit.*

<sup>6</sup> BRAY S. C.; CAMARGO, J. C. G. Transformações e tendências da ciência geográfica. *Documentos Geográficos da Argeo*. Rio Claro, n. 9, 1984, p. 28-29.

<sup>7</sup> MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *A valorização do espaço*. 2. ed. São Paulo, 1987, p. 54.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 24.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 33.

<sup>10</sup> ANDRADE, M. *Geografia: ciência da sociedade*. São Paulo: Atlas, 1987, p. 125.

<sup>11</sup> MORAES; COSTA. *op. cit.*, p. 55-56.

<sup>12</sup> LOWY, M. *Método dialético e teoria política*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 53.